



**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Jurídico de Defensoria:
Especialidade Ciências Jurídicas**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Entender o passado ajuda a melhorar o presente e o futuro.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.





CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Ponderação, a mais desmoralizada das virtudes

É isso, mas também aquilo. Não obstante o abacaxi, temos o pepino. Posto que A seja indiscutível, deve-se levar em conta que B, somado a C, cria um cenário em que D pode se impor de certa forma como desejável, ressaltados E e F. Só depois desse percurso, claro, chegaremos ao ponto G.

O parágrafo anterior satiriza a ponderação de forma fácil e injusta, mas duvido que muita gente se incomode com isso. Sinônimo de circunspeção reflexiva, equilíbrio, prudência, a ponderação é hoje a mais desmoralizada das virtudes. Precisamos reabilitar a ponderação, nem que seja apenas como subproduto da perplexidade, aquilo que faz o marinheiro do samba levar o barco devagar sempre que o nevoeiro é denso.

O fogo selvagem que inflamou ao longo da história as turbas linchadoras do diferente que é visto como ameaça – corporificado em bruxas, negros, judeus, homossexuais, loucos, ciganos, gogos – é hoje condenado por (quase) todo mundo. No entanto, o mesmo fogo selvagem inflama as turbas linchadoras que se julgam investidas do direito sagrado de vingar bruxas, negros, judeus, homossexuais, loucos, ciganos, gogos etc. Quem acha que o primeiro fogo é ruim e o segundo é bom não entendeu nada.

Representa um inegável avanço civilizatório a exposição, nas redes sociais, de comportamentos opressivos ancestrais que sempre estiveram naturalizados em forma de assédio, desrespeito, piadinhas torpes e preconceitos variados. Ao mesmo tempo, é um claro retrocesso que o avanço se dê à custa da supressão do direito de defesa e do infinito potencial de injustiça contido no poder supremo de um juiz sem rosto.

(Adaptado de: RODRIGUES, Sergio. **Folha de S. Paulo**, 16/11/2017)

1. A afirmação *a ponderação é hoje a mais desmoralizada das virtudes* deve ser entendida, no contexto, como
 - (A) uma constatação já consensual, a partir da tendência dominante de se afirmar que, se uma coisa é *isso*, é também *aquilo*.
 - (B) a valorização do discernimento público que permite distinguir, metaforicamente falando, um *abacaxi* de um *pepino*.
 - (C) a constatação de que está ocorrendo uma negação de análises mais equilibradas, por conta da violência dos radicalismos.
 - (D) uma forma de repúdio às redes sociais, quando estas expõem sem subterfúgios nossos *comportamentos opressivos ancestrais*.
 - (E) uma crítica violenta, dirigida àqueles que entendem o equilíbrio de julgamento como *subproduto da perplexidade*.
2. Ao se referir, metaforicamente, às duas ações do *fogo selvagem* (3º parágrafo), o autor do texto coloca em evidência
 - (A) o aparente desacordo de ações contraditórias que, de fato, se complementam num momento de ponderação.
 - (B) a natureza violenta de ações e reações que se regem pelos mesmos paradigmas de brutalidade.
 - (C) a contraposição entre ideais que são defendidos com argumentos igualmente ponderáveis.
 - (D) a violência de opiniões contrárias, num percurso ao fim do qual elas acabarão por produzir o mesmo efeito positivo.
 - (E) o avanço e o retrocesso simultâneos que as ações ponderadas acabam por impor ao ritmo da história contemporânea.
3. Expressões como *circunspeção reflexiva, equilíbrio, prudência* estão qualificando o mesmo fenômeno a que se refere o segmento
 - (A) *comportamentos (...) que sempre estiveram naturalizados*
 - (B) *fogo selvagem que inflamou ao longo da história as turbas linchadoras*
 - (C) *inegável avanço civilizatório*
 - (D) *infinito potencial de injustiça contido no poder supremo de um juiz sem rosto.*
 - (E) *nem que seja apenas como subproduto da perplexidade*



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de uma expressão do texto em:
- (A) *satiriza a ponderação de forma fácil* (2º parágrafo) = expõe a digressão de modo arbitrário.
 - (B) *Precisamos reabilitar a ponderação* (2º parágrafo) = impõe-se a nós o rescaldo da avaliação.
 - (C) *as turbas linchadoras* (3º parágrafo) = as furiosas multas renitentes.
 - (D) *direito sagrado de vingar* (3º parágrafo) = prerrogativa consagrada de desforrar.
 - (E) *à custa da supressão do direito* (4º parágrafo) = não obstante o preço da omissão da justiça.
-
5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Ao menos existe nas redes sociais alguns momentos de ponderação, onde o ódio irrefletido cede lugar à dúvida quanto à possibilidade de julgar.
 - (B) Tendo em vista à irracionalidade predominante, incensam-se aqui e ali profundas controvérsias, verdadeiros fogos selvagens irreduzíveis.
 - (C) Por mais inflamadas que sejam as nossas razões, supõem-se que de algum modo façam justiça ao que possa haver neles de mais imponderável.
 - (D) Assim como há linchadores do que é visto como diferente, assim também podem haver turbas que defendem o oposto, perpetrando o mesmo tipo de violência.
 - (E) Por falta da necessária ponderação, estão sendo vistas como naturais atitudes extremadas, que constituem verdadeiros linchamentos públicos.
-
6. Todas as formas verbais atendem às normas de concordância e articulam-se em tempos e modos adequados na frase:
- (A) Ao se evitarem as ponderações que devem anteceder qualquer julgamento, abre-se o caminho para o arbítrio e a violência de graves preconceitos.
 - (B) Devem-se aos juízos preconceituosos esse tipo de violência, disseminada nas redes sociais, que nada mais seriam que verdadeiros linchamentos públicos.
 - (C) Às turbas linchadoras nunca ocorreriam que, por conta de sua violência irracional, muitos inocentes terão sido vitimados de forma cruel.
 - (D) Não parece abalar a pessoa irracional as razões levantadas pelo autor do texto para que, com a ponderação, refreássemos nossos instintos violentos.
 - (E) Quando se leva em conta as diferenças pessoais, seria de se imaginar que a tal cuidado deva corresponder julgamentos mais prudentes e generosos.
-
7. Considere a frase: *O marinheiro do samba leva o barco devagar sempre que o nevoeiro é denso.*
- O sentido dessa frase está preservado, em linhas gerais, nesta nova e correta redação:
- (A) Mormente com nevoeiro denso, o barco é levado devagar com o marinheiro do samba.
 - (B) O barco é levado devagar pelo marinheiro do samba, à medida em que seja denso o nevoeiro.
 - (C) Sendo denso o nevoeiro, é onde o marinheiro da samba cuida de levar devagar o barco.
 - (D) A cada vez que seja denso o nevoeiro, o barco do marinheiro do samba é levado devagar.
 - (E) Conquanto haja um nevoeiro denso, o marinheiro do samba levará devagar o seu barco.
-
8. Houve adequada transposição da voz ativa para a passiva, mantendo-se ainda a correção e o sentido da frase, neste caso:
- (A) O fogo selvagem, como costuma ocorrer, inflamou as turbas = Inflamou-se às turbas com o fogo selvagem, como costuma ocorrer.
 - (B) O parágrafo anterior satiriza a ponderação de forma fácil = A forma fácil da ponderação é satirizada no parágrafo anterior.
 - (C) É preciso que as pessoas justas venham a reabilitar a ponderação = É preciso que a ponderação venha a ser reabilitada pelas pessoas justas.
 - (D) Tal exposição de comportamentos representa um avanço civilizatório = Representa-se tal exposição de comportamentos como um avanço civilizatório.
 - (E) Esse avanço se dá à custa de uma supressão do direito de defesa = A supressão do direito de defesa é dado como custo desse avanço.



Atenção: As questões de números 9 a 13 referem-se ao texto seguinte.

Conversa ao vivo

Estão multiplicando-se os bares e os restaurantes que oferecem, como irresistível atração, “música ao vivo”. Temo que eles alcancem, mais do que uma hegemonia, uma unanimidade. Temo que chegue o dia em que nada mais se converse à mesa, por conta desse discutibilíssimo privilégio de se ouvir música alta enquanto se bebe e se come. Para uma conversa, sempre restará, é verdade, o recurso da leitura labial – mas não farão falta o timbre e a entonação da voz da pessoa amiga?

Vejo esse hábito de “animar” com muitos decibéis de música imposta os lugares em princípio concebidos para o lazer e a sociabilidade como uma dessas extravagâncias que acabam se fazendo naturais. Enormes receptores de TV se associam, por vezes, ao show de estímulos que nos distraem da nossa companhia, do que temos a pensar, a dizer e a ouvir. Uma espécie de confusa obrigação de festa e alegria ruidosa vai-se impondo aos passivos frequentadores, que acabam se esquecendo da boa recompensa que pode haver numa estimulante “conversa ao vivo”, na qual as palavras mesmas, as nossas e as alheias, constituem a música e o sentido de estarmos juntos.

(TENÓRIO, Adalberto. inédito)

9. A reação negativa do autor diante da tendência crescente de se fazer ouvir música ao vivo em bares e restaurantes justifica-se pelo argumento de que esses estabelecimentos
- (A) traem sua razão de ser, que seria a de constituírem um espaço habilitado para oferecer lazer e sociabilidade.
 - (B) insistem em somar televisores ligados aos estímulos sensoriais já exagerados que impõem aos seus clientes.
 - (C) comprovam que a música alta e ruidosa constitui uma alternativa para quem não se mostra interessado em conversar.
 - (D) estimulam mais a alegria ruidosa de seus clientes habituais do que a circunscrição profunda dos mais tímidos.
 - (E) confirmam sua vocação crescente, que é a de poupar conversas fúteis àqueles que lá vão em busca de alegria.
-
10. Considerando-se o contexto, relacionam-se numa **oposição** de sentido os segmentos
- (A) *irresistível atração* // *uma hegemonia, uma unanimidade* (1º parágrafo)
 - (B) *alegria ruidosa* // *a música e o sentido de estarmos juntos* (2º parágrafo)
 - (C) *muitos decibéis de música imposta* // *show de estímulos* (2º parágrafo)
 - (D) *confusa obrigação de festa* // *uma dessas extravagâncias* (2º parágrafo)
 - (E) *discutibilíssimo privilégio* // *ouvir música alta* (1º parágrafo)
-
11. Está plenamente adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
- (A) A atração da qual os donos de bares e restaurantes pretendem oferecer aos clientes é considerada um martírio a que deveríamos ser poupados.
 - (B) Quanto aos televisores, o autor julga-lhes um acréscimo dos tormentos já representados pela música alta nos bares e restaurantes.
 - (C) A música ruidosa, cujo principal efeito é impossibilitar uma conversa, é um tormento do qual está cada vez mais difícil esquivar-se.
 - (D) Há pessoas que querem conversar, mas não as assiste sequer o direito de alguns intervalos silenciosos, que lhes poupariam por algum tempo.
 - (E) Aos passivos frequentadores, de cuja paciência parece não haver limite, impõem-se os decibéis em que os pobres ouvidos acabam se acostumando.
-
12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Em tais estabelecimentos (**constituir**) principal atração a música ao vivo que impossibilita qualquer conversa.
 - (B) A essas extravagâncias ruidosas não (**competir**) ao cliente insatisfeito opor-se com energia e indignação.
 - (C) Não se (**imaginar**) que os clientes mais compenetrados continuem a frequentar tais estabelecimentos.
 - (D) O pior é quando se (**associar**) aos ruidosos decibéis da música a ação magnética de um grande televisor ligado.
 - (E) Parece que o lazer sereno e a sociabilidade nada (**representa**) para os donos desses estabelecimentos.



13. Está plenamente correta a pontuação da seguinte frase:

- (A) Espante-se, quem quiser, mas a música alta é proposta como atração irresistível, em alguns, desses estabelecimentos modernos.
- (B) As boas e saudosas conversas já não podem ter lugar quando, em certos estabelecimentos, impera a tal da música ao vivo, ruidosa e invasiva.
- (C) Durante uma boa conversa não importa onde se esteja, as palavras são também música, a voz é em si mesma, carregada de expressão.
- (D) Existe realmente, quem ache um privilégio frequentar os bares, cuja principal atração, é a música incrivelmente ruidosa?
- (E) Caso alcance mais, do que hegemonia uma unanimidade, essa tendência crescente da música ao vivo, ficaremos em casa para poder conversar.

Atenção: As questões de números 14 a 16 referem-se ao texto seguinte.

Mediação e conciliação

*Um dos sentidos do vocábulo **mediação**, no dicionário Houaiss, é a ação de servir como intermediário. Já o vocábulo **conciliação**, no mesmo dicionário, é ação de apaziguar, pacificar, harmonizar. Não são, portanto, sinônimos.*

A conciliação exerce, em geral, a função retórica de aplainar ou mesmo recusar as diferenças que caracterizam lados opostos de uma mesma questão. Com isso, tenta-se canhestramente aglutinar possíveis semelhanças, o mais das vezes superficiais, e evita-se enfrentar a contradição principal entre os contendores. A mediação, ao contrário, não cria uma posição eclética ou confusa, mas constrói um ponto estratégico para se avaliar criticamente as diferenças em jogo.

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. "Mediação não é conciliação". São Paulo: **Revista Estudos Avançados – USP**, n. 90, 2017, p. 341)

14. Ao determinar o sentido e o alcance dos vocábulos **mediação** e **conciliação**, o autor conclui que

- (A) é irrisória a diferença que há entre eles, uma vez que ambos postulam uma semelhante posição de equilíbrio e sensatez diante de uma divergência.
- (B) constituem um caso de sinonímia e de antonímia ao mesmo tempo, a depender da intenção de quem os venha a empregar.
- (C) aplicam-se a posições aparentemente semelhantes entre si, que, no entanto, ambos distinguem drasticamente, de uma vez por todas.
- (D) o segundo desses vocábulos é mais oportuno porque insiste num maior aprofundamento dos elementos controversos.
- (E) o primeiro desses vocábulos indica uma posição mais consequente por analisar de modo crítico as divergências entre as partes conflitantes.

15. Ambos os elementos sublinhados constituem exemplos de uma mesma função sintática na frase:

- (A) A mediação e a conciliação são termos por vezes empregados sem qualquer critério.
- (B) O autor do texto considera eminentemente retórica a função da conciliação.
- (C) É bizarra, por vezes, a tentativa de conciliar posições inteiramente antagônicas.
- (D) O mediador parece estar sempre mais apto a compreender o que divide as opiniões.
- (E) Os conciliadores tendem a suprimir ou ocultar as diferenças, ao examinarem posições opostas.

16. *A mediação (...) constrói um ponto estratégico para se avaliar criticamente as diferenças em jogo.*

Uma nova redação da frase acima, em que se preservam sua clareza, sua correção e seu sentido básico, está proposta em:

- (A) As diferenças em jogo são avaliadas criticamente a partir de um ponto estratégico construído pela mediação.
- (B) Um ponto estratégico, para que se avalie as diferenças críticas em jogo, constrói-se mediante a mediação.
- (C) O jogo das diferenças é estrategicamente mediado, pela crítica concebida por quem dela se faz avalista.
- (D) Uma avaliação crítica das diferenças deve de ser jogada pela mediação estratégica inerente à mediação.
- (E) A mediação de um ponto estratégico concebe criticamente as diferenças do jogo em cujo elas se contrapõem.

**Conhecimentos Jurídicos e Institucionais**

17. Considere:

- I. membro indicado pela OAB/AM.
- II. Defensor Público mais antigo, considerando a data da posse.
- III. Corregedor Geral.
- IV. Subdefensor Público Geral.
- V. Defensor Público Geral.

A Lei Complementar nº 1/90 estabelece que são membros natos do Conselho Superior da Defensoria Pública os indicados em

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II e V, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) I, III, IV e V, apenas.

18. Considere:

- I. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- II. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- III. Não haverá juízo ou tribunal de exceção.
- IV. A lei penal não retroagirá.
- V. A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades individuais.

Nos termos previstos no artigo 5º da Constituição Federal, há exceção constitucionalmente expressa ao disposto APENAS em

- (A) IV e V.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) V.

19. Quanto aos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, há no Código Penal brasileiro a previsão expressa da forma culposa para o crime de

- (A) concussão.
- (B) peculato.
- (C) corrupção passiva.
- (D) prevaricação.
- (E) advocacia administrativa.

20. Conforme dispõe a Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre

- (A) direito financeiro.
- (B) produção.
- (C) consumo.
- (D) comércio interestadual.
- (E) proteção à infância e à juventude.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Ao dispor sobre as ações voltadas para a seguridade social, a Constituição Federal prevê a
- (A) participação do Sistema Único de Saúde na produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
 - (B) possibilidade de destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com ou sem fins lucrativos que prestem assistência à saúde.
 - (C) criação, pelo Poder Público, de programas de apoio à inclusão e promoção social, vedando aos Estados e ao Distrito Federal, todavia, a destinação de parte de sua receita tributária líquida para custeá-los.
 - (D) gratuidade da celebração do casamento civil, salvo se um dos cônjuges puder arcar com o pagamento do respectivo custo.
 - (E) gratuidade para a obtenção de certidões em repartições públicas, quando contenham informações de interesse coletivo ou geral.
-
22. O Tribunal de Justiça de determinado Estado proferiu Acórdão, em sede de *habeas corpus*, em que declarou a constitucionalidade de lei estadual que determina o uso de algemas em réus presos processados por prática de crime doloso contra a vida. Considerando que contra o referido Acórdão não é cabível a interposição de recurso a ser julgado pelo mesmo Tribunal, a decisão judicial
- (A) é passível de ser impugnada por recurso extraordinário, mas não por reclamação constitucional, uma vez que essa medida é cabível apenas contra ato administrativo.
 - (B) é passível de ser objeto de mandado de segurança impetrado perante o Supremo Tribunal Federal, uma vez que contraria jurisprudência consolidada dessa Corte.
 - (C) é passível de ser objeto de reclamação constitucional, uma vez que contraria enunciado de súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal e aplicável ao caso.
 - (D) não é passível de ser impugnada, uma vez que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal permite o uso de algemas em réus que se encontrem nessa situação.
 - (E) não é passível de ser impugnada por reclamação, uma vez que essa medida não é cabível contra decisões proferidas em sede de *habeas corpus*.
-
23. O Presidente da República encaminhou projeto de lei complementar ao Congresso Nacional dispondo sobre a organização da Defensoria Pública da União e sobre normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados e do Distrito Federal. A proposição, todavia, sofreu emenda parlamentar que atribuiu à Defensoria Pública da União a defesa judicial de servidores públicos federais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício da função pública, tendo sido aprovada com essa redação. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria, referido projeto, caso venha a se tornar lei, será
- (A) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que dispõe sobre matéria de iniciativa legislativa privativa dos membros do Congresso Nacional.
 - (B) incompatível com a Constituição Federal no ponto que atribui à Defensoria Pública da União a defesa dos servidores públicos federais.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que não poderia dispor sobre normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados e do Distrito Federal.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que projeto de lei de iniciativa privativa do Presidente da República, como é o caso, não pode ser objeto de emenda parlamentar.
 - (E) compatível com a Constituição Federal.
-
24. Considere as seguintes assertivas a respeito do inquérito policial:
- I. É incompatível com a Constituição Federal o dispositivo do Código de Processo Penal segundo o qual *A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade*.
 - II. A autoridade policial poderá negar ao advogado do indiciado o acesso à todos os elementos de prova já documentados no inquérito policial, ainda que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
 - III. A autoridade policial não poderá negar ao advogado do indiciado o acesso às transcrições de interceptações telefônicas de conversas mantidas pelo indiciado, já documentadas nos autos do inquérito policial, caso digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.



25. Em certa pequena propriedade rural reside família que cultiva produtos agrícolas no mesmo local, tendo o imóvel sido dado em garantia de empréstimo contraído para custear o combate a pragas existentes na plantação. Não sendo liquidado o pagamento da dívida no prazo convencionado, o credor promoveu a respectiva cobrança judicial, motivo pelo qual foi expedido mandado judicial de penhora do referido imóvel. Ao cumprir o mandado de penhora, o oficial de justiça foi impedido pela família, tanto durante o dia, quanto durante a noite, de ingressar no imóvel. De acordo com a Constituição Federal, ao determinar a penhora da referida propriedade rural na situação narrada, o juiz agiu
- (A) incorretamente, não podendo o oficial de justiça, ademais, ingressar no imóvel sem consentimento do morador, sem que haja ordem judicial do juízo penal competente requisitando o auxílio de força policial.
 - (B) incorretamente, não podendo o oficial de justiça, ademais, ingressar no imóvel durante a noite, sem o consentimento do morador, para cumprimento de determinação judicial.
 - (C) incorretamente, mas o oficial de justiça poderia ingressar no imóvel em qualquer horário, ainda que sem o consentimento do morador, para cumprimento de determinação judicial.
 - (D) corretamente, podendo o oficial de justiça, ademais, ingressar no imóvel em qualquer horário, ainda que sem o consentimento do morador, para cumprimento de determinação judicial.
 - (E) corretamente, podendo o oficial de justiça, ademais, ingressar no imóvel durante o dia, ainda que sem o consentimento do morador, para cumprimento de determinação judicial.

Direito Administrativo

26. Uma autarquia licitou a aquisição de dois imóveis para instalação da sede e unidades daquele ente, considerando aspectos peculiares dos mesmos, como preço, localização e propriedade. Nessa situação,
- (A) seria cabível que houvesse autorização por parte do poder público para aquisição direta dos imóveis, desde que se tratasse de imóveis pertencentes a outras pessoas jurídicas de direito público.
 - (B) seria inexigível a licitação, considerando que inexistiria possibilidade de se estabelecer comparação entre bens imóveis, considerando que são sempre distintos entre si.
 - (C) o critério de julgamento deve ser o imóvel que atender a mais requisitos estabelecidos como desejáveis pela Administração pública, não sendo decisivo o valor do ativo.
 - (D) também seria possível que a autarquia adquirisse os imóveis com dispensa de licitação, no caso das necessidades de localização e instalação condicionarem a escolha, considerando que se prestem às atividades institucionais do ente e que o valor esteja compatível com o mercado.
 - (E) a licitação deve necessariamente seguir o critério do menor preço, não sendo relevantes as condições e dimensões do imóvel, sendo cogente apenas o critério da economicidade.
-
27. Durante o trajeto por uma rodovia federal, um veículo particular foi parado por um bloqueio policial, que estava à procura de traficantes de uma determinada organização criminosa. Não obstante os ocupantes do veículo tenham se identificado e a descrição física dos mesmos não fosse coincidente com os suspeitos procurados, a polícia não os liberou do bloqueio, determinando que fossem conduzidos à delegacia mais próxima para que prestassem depoimento. Não foi possível colher o depoimento dos ocupantes do veículo porque o sistema eletrônico da delegacia não estava funcionando, nem havia delegado de plantão, decidindo os policiais por manter os ocupantes do veículo custodiados até o dia seguinte, apenas quando foi registrada a presença dos mesmos naquelas dependências. Com base na narrativa feita e no que concerne à esfera de direitos dos ocupantes do veículo, o ocorrido
- (A) enseja responsabilidade objetiva do Estado tendo em vista que o poder de polícia administrativo exercido pelos agentes policiais demanda expressa previsão legal de todos os atos e providências permitidos.
 - (B) configurou regular exercício de poder de polícia administrativa, que autoriza a limitação dos direitos e liberdade individual dos indivíduos, independentemente de previsão legal e desde que voltado ao atingimento do interesse público.
 - (C) pode configurar ato de responsabilidade do policial que deteve o veículo e seus ocupantes, não se identificando qualquer irregularidade na atuação do Estado, por meio de seus agentes ou de forma genérica, por falha de serviço, dolo ou culpa.
 - (D) configura exercício regular de direito, considerando que o policial deve zelar pela segurança pública, podendo deter as pessoas, desde que indique a razão, não se aplicando a essa atuação as normas de responsabilidade civil.
 - (E) pode demandar responsabilização do Estado, considerando, sem prejuízo de outras alegações, que o serviço público não funcionou adequadamente, em razão do sistema inoperante e da ausência do delegado de plantão, o que inviabilizou o depoimento dos ocupantes.



28. Característica presente na delegação de serviços públicos pela Administração pública à iniciativa privada é a
- (A) obrigatoriedade dos particulares, quando contratados sob regime de concessão comum de serviços públicos, instituírem receitas alternativas e acessórias, a fim de ensinar a redução da tarifa cobrada dos usuários.
 - (B) continuidade da prestação dos serviços públicos, que inadmite a interrupção de sua prestação em face dos usuários, em razão da essencialidade, bem como veda o descumprimento contratual perante o Poder Público, diante da imprescindibilidade de sua execução.
 - (C) preferência pela contratação por meio de parcerias público-privadas às concessões comuns, tendo em vista que aquelas exigem dos parceiros privados a totalidade dos investimentos em infraestrutura e obras, enquanto que nas segundas cabe ao poder concedente prover financeiramente os recursos para fazer frente às despesas pré-operacionais.
 - (D) transferência da execução dos serviços públicos à iniciativa privada mediante a cobrança de tarifa diretamente dos usuários nas concessões comuns e nas concessões patrocinadas, estas que ainda abrangem o pagamento de contraprestação e o oferecimento de garantias por parte do poder concedente.
 - (E) vedação a instituição de tarifas cobradas diretamente dos usuários nos casos de parcerias público-privadas, que são remuneradas essencialmente pela contraprestação paga pelo poder concedente e pelas receitas acessórias obrigatoriamente instituídas em observância ao princípio da modicidade tarifária.
29. Diante de agravada crise financeira, a Administração pública de determinado ente da federação, como uma de suas medidas de ajuste econômico, decidiu por orientar os Titulares de suas Secretarias a comunicar os contratados para execução de obras para que providenciassem a redução no ritmo das mesmas, diferindo as datas previstas para entrega, inclusive com possibilidade de prorrogação das avenças. A decisão adotada pelo administrador
- (A) viola as normas que regem os contratos administrativos, que somente admitem alterações unilaterais implementadas pela Administração pública diante de fatos imprevisíveis e de consequências incalculáveis.
 - (B) configura motivo ensejador da teoria da imprevisão, que permite a qualquer das partes a alteração unilateral do contrato para ajustá-lo ao seu equilíbrio econômico-financeiro.
 - (C) pode ser recusada pelo contratado no caso da alteração imposta onerar quantitativamente o contratado em percentual superior a 25% do valor do contrato.
 - (D) é impositiva ao contratado para os casos das obras já iniciadas, não podendo ser obrigatória para os contratos cuja execução não se iniciou, que devem ser rescindidos pela Administração pública.
 - (E) é aderente às prerrogativas da Administração pública na condição de contratante, sendo imperiosa, no entanto, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
30. Um servidor público comissionado, designado para prestar serviços junto à Secretaria de Governo de determinado Município e que exercia interinamente as funções de chefia de gabinete, editou ato aplicando penalidade a um outro servidor concursado no bojo de um processo administrativo disciplinar. A competência para aplicação da pena era da chefia de gabinete, conforme dispunha a legislação competente. O servidor que fora apenas recorrido administrativamente da decisão, sob o fundamento de que a legislação que rege o funcionalismo público estabelece que a autoridade competente para a aplicação de penalidades a servidores concursados também deve ter ingressado no serviço público mediante concurso público de provas e títulos. Imputa, portanto, ao ato praticado pelo servidor comissionado o vício de incompetência. Após o processamento do recurso e chegada a hora da decisão, o chefe de gabinete que efetivamente ocupava o cargo já havia retornado e reassumido suas funções, razão pela qual os autos lhe foram submetidos para eventual reconsideração. Este servidor, considerando que a alegação do recorrente seja condizente com a legislação aplicável,
- (A) pode revogar a decisão caso reconheça a incompetência de seu subordinado para a prática de atos de natureza disciplinar, determinado a reinstauração de processo administrativo disciplinar, caso ainda não tenha ocorrido prescrição.
 - (B) deve anular a decisão, diante de sua patente ilegalidade, reconduzindo o servidor ao cargo anteriormente ocupado e exonerando o servidor comissionado, independentemente de processo administrativo, porque inexistente vínculo estatutário.
 - (C) não pode alterar a decisão proferida em sede de processo administrativo disciplinar, tendo em vista que estava afastado, o que impede seu adequado conhecimento dos fatos, cabendo ao servidor estatutário diligenciar para revisão judicial.
 - (D) pode ratificar a decisão proferida pelo servidor ocupante de cargo em comissão, no caso dela estar materialmente correta, embora formalmente viciada pela incompetência.
 - (E) pode rever a decisão proferida pelo servidor concursado ou pode anular o processo administrativo disciplinar, não lhe sendo permitido aproveitar as provas colhidas.

Direito Civil e Direito Processual Civil

31. A respeito da execução de alimentos, é correto afirmar:
- (A) O débito alimentar que autoriza a decretação da prisão civil do alimentante é o que compreende até as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.
 - (B) O cumprimento integral da prisão civil exige o executado do pagamento das prestações que a ensejaram.
 - (C) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, de ofício ou a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em cinco dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.
 - (D) Se o executado for funcionário público, não poderá o juiz, em nenhuma hipótese, atender ao requerimento do exequente para que se realize o desconto em folha de pagamento da importância da prestação alimentícia.
 - (E) Cabe a impetração de *habeas corpus* contra a decisão que decreta a prisão civil do devedor de alimentos por ausência de previsão legal de recurso para atacá-la.



32. O recurso adequado para a impugnação de decisão que indefere a petição inicial, sob o fundamento de inépcia, é o de
- (A) agravo de instrumento, sendo facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se.
 - (B) apelação, inexistindo previsão legal de retratação por parte do magistrado.
 - (C) apelação, sendo facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se.
 - (D) agravo de instrumento, inexistindo previsão legal de retratação por parte do magistrado.
 - (E) apelação, sendo facultado ao juiz, após a citação do réu para responder ao recurso, retratar-se no prazo de dez dias.
-
33. Com relação ao incidente de assunção de competência, considere:
- I. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver importante questão de fato, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
 - II. Na hipótese de assunção de competência, o relator proporá, de ofício ou a requerimento da parte, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, que seja o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária julgado pelo órgão colegiado que o regimento interno do tribunal indicar.
 - III. Caberá reclamação para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de assunção de competência.
 - IV. O acórdão proferido em incidente de assunção de competência não vincula os órgãos fracionários do tribunal em que proferido.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e IV.
-
34. Quanto ao dano moral, considere:
- I. A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.
 - II. A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do evento danoso.
 - III. Não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.
 - IV. O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão.
- Corresponde a entendimentos sumulados pelo Superior Tribunal de Justiça o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e II.
-
35. João e Pedro, na qualidade de credores solidários, emprestaram a Ana a quantia de R\$ 1.200,00. No entanto, o credor João veio a falecer, deixando como herdeiros Mário e Carolina. Diante disso, é correto afirmar que
- (A) cada herdeiro só terá direito a exigir e receber da devedora a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário.
 - (B) cada herdeiro terá direito a exigir e receber da devedora, independentemente de autorização dos demais, a integralidade do crédito.
 - (C) nenhum dos credores terá direito de exigir e receber da devedora a integralidade do crédito.
 - (D) enquanto algum dos credores solidários não demandar a devedora, não poderá esta, sob pena de multa, realizar o pagamento.
 - (E) o débito automaticamente será reduzido à metade.
-
36. À luz da disciplina dos vícios redibitórios no Código Civil, é correto afirmar:
- (A) Tratando-se de venda de animais, não se caracterizam vícios redibitórios.
 - (B) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de noventa dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel.
 - (C) O adquirente da coisa viciada poderá se valer de uma das ações edilícias.
 - (D) Se o alienante conhecia o vício da coisa, restituirá ao adquirente o que recebeu sem perdas e danos.
 - (E) Não se aplica às doações onerosas, por expressa previsão legal, nenhuma disposição relativa aos vícios redibitórios.

**Direito Penal e Direito Processual Penal**

37. O erro de tipo, no Direito Penal,

- (A) exclui a culpabilidade subjetiva, impedindo a punição do agente.
- (B) quando escusável, permite a punição por crime culposos.
- (C) é incabível em crimes hediondos e equiparados.
- (D) é inescusável nos crimes da Lei de Drogas, no desconhecimento da lei penal.
- (E) incide sobre o elemento constitutivo do tipo e exclui o dolo.

38. Sobre a extinção da punibilidade:

- (A) O perdão judicial independe de lei, pois é realizado por meio de Decreto Presidencial.
- (B) No caso de concurso de crimes, o cálculo da prescrição incide sobre a somatória das penas.
- (C) Ao contrário da renúncia ao direito de queixa, a decadência é causa de extinção da punibilidade.
- (D) O prazo de prescrição é reduzido pela metade quando o agente for maior de setenta anos na data da sentença.
- (E) Em caso de revogação do livramento condicional, a prescrição da pretensão executória é regulada pelo total da pena imposta.

39. Sobre os regimes de cumprimento de pena:

- (A) A pena de detenção deve ser cumprida em regime inicial aberto, enquanto a de reclusão permite os regimes aberto, semiaberto e fechado.
- (B) O crime de roubo não permite o início de cumprimento de pena em regime aberto em razão da gravidade do delito.
- (C) A reincidência possui relevância na progressão de regime, mas não influencia a determinação do regime inicial de cumprimento de pena.
- (D) O Código Penal impede a avaliação negativa das circunstâncias judiciais para aplicação da pena-base e para agravar o regime inicial de cumprimento de pena no mesmo caso, pois configuraria *bis in idem*.
- (E) O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a quatro anos e não exceda a oito, poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.

40. Sobre os crimes contra o patrimônio:

- (A) O furto de energia elétrica é atípico por não consistir em coisa móvel.
- (B) Se o agente logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa, a fim de assegurar a impunidade do crime, incorre na mesma pena do roubo.
- (C) A ameaça exercida com simulacro de arma de fogo é incapaz de configurar o crime de roubo.
- (D) Se durante a prática do roubo o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade, o crime é o de latrocínio.
- (E) Por falta de previsão legal, o princípio da insignificância é incabível no crime de furto.

41. O recurso de apelação

- (A) possibilita um juízo de retratação pelo juiz em até 48 horas.
- (B) é cabível em face da decisão que pronunciar o réu.
- (C) é cabível na execução penal em face da decisão que nega a progressão de regime.
- (D) é cabível em face de decisão do Tribunal do Júri quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos.
- (E) deve ser interposta no prazo de 15 dias, com prazo em dobro para a Defensoria Pública.

42. Sobre as medidas cautelares diversas da prisão:

- (A) A monitoração eletrônica só pode ser aplicada em caso de crimes cometidos com violência ou grave ameaça contra a pessoa.
- (B) A prisão preventiva só será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar.
- (C) Em caso de descumprimento de medida cautelar, deve o juiz de imediato decretar a prisão preventiva, sendo vedada a substituição por outra medida.
- (D) A internação provisória é cabível em caso de furto quando os peritos concluírem ser inimputável o acusado e houver risco de reiteração.
- (E) É vedada a aplicação cumulativa de medidas cautelares diversas da prisão, sob pena de *bis in idem*.



43. Sobre a competência, é correto afirmar:

- (A) Será, de regra, determinada pelo domicílio do réu.
- (B) Os casos mais graves são de competência da justiça federal.
- (C) Será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- (D) A competência por conexão é vedada se um dos crimes for contra a vida.
- (E) No crime de latrocínio pode o réu optar pelo julgamento pelo Tribunal do Júri.

44. Sobre as autorizações de saída na execução penal, é correto afirmar:

- (A) A permissão de saída é cabível apenas para pessoas presas em regime semiaberto.
- (B) A saída temporária é permitida para a visita à família e é concedida por prazo não superior a sete dias, podendo ser renovada por mais quatro vezes durante o ano.
- (C) A permissão de saída depende do cumprimento de um sexto da pena.
- (D) A saída temporária é vedada aos condenados por crime hediondo.
- (E) A permissão de saída será concedida pelo juiz após manifestação das partes e do Conselho Penitenciário.

Direitos Humanos

45. Segundo a regra geral prevista na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, um tratado internacional de direitos humanos deve ser interpretado

- (A) de boa-fé segundo o sentido comum atribuível aos termos do tratado em seu contexto e à luz de seu objetivo e finalidade.
- (B) em seu sentido literal, conforme o significado técnico atribuível a seus termos pelo Direito Internacional e pelas Comissões de monitoramento de sua implementação.
- (C) de forma integrativa, sistêmica e diacrônica, buscando sua harmonização com os demais documentos internacionais, especialmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (D) conforme seu grau de efetividade concreta na transformação da realidade dos sujeitos beneficiados com suas regras.
- (E) a partir do padrão de incorporação de seus termos à legislação interna dos Estados-Partes que os ratificaram.

46. No âmbito da proteção dos direitos humanos, entende-se por controle de convencionalidade

- (A) o trabalho de adequação da normativa internacional anterior ao conteúdo de novos tratados internacionais pactuados sobre o mesmo tema.
- (B) o trabalho de compatibilização ou controle de validade das normas do ordenamento jurídico interno de um Estado tendo como parâmetro os tratados de direitos humanos ratificados por este Estado que estejam em vigor.
- (C) a avaliação periódica, promovida por comissões especiais das Nações Unidas, do grau de incorporação das convenções internacionais de direitos humanos no âmbito interno de cada Estado signatário.
- (D) a tarefa de filtragem, à luz das Convenções Internacionais, da legislação, jurisprudência e doutrina vigentes em determinado Estado sobre temas sensíveis de direitos humanos.
- (E) toda e qualquer iniciativa, judicial ou legislativa, que tenha como escopo o cumprimento de um "preceito fundamental" previsto em tratados de direitos humanos formalmente constitucionais.

47. A federalização dos crimes contra os direitos humanos, conforme prevista na Constituição Federal,

- (A) pode ser suscitada de ofício pelo magistrado originariamente competente, pelo Procurador-Geral de Justiça ou pelo Defensor Público-Geral do Estado onde se deu a violação.
- (B) implica o deslocamento vertical da competência originária da primeira instância estadual para as cortes supraestaduais (Tribunais Regionais Federais ou Superior Tribunal de Justiça) em casos que versem sobre graves violações de Direitos Humanos.
- (C) consiste na possibilidade de o Conselho Nacional de Justiça fixar, excepcionalmente, em vara federal de outro Estado da federação, a competência para conhecer e julgar casos emblemáticos de violação de direitos humanos que tramitem na justiça estadual.
- (D) por violar o princípio do juiz natural, não pode ser promovida sem a expressa concordância do juiz estadual originariamente competente para conhecer o caso.
- (E) é suscitada pelo Procurador-Geral da República, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo.



48. A Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes,

- (A) estabelece que, por nenhuma razão, nem mesmo a inexistência de acordo bilateral sobre o assunto, um Estado-Parte deixará de expulsar, devolver ou extraditar uma pessoa para outro Estado quando houver fundadas evidências de que neste outro Estado ela tenha cometido crime de tortura.
- (B) prevê que, exceto para preservação da segurança nacional em situação extrema de ameaça ou estado de guerra, nenhuma outra circunstância excepcional, instabilidade política interna ou emergência pública poderá ser invocada como justificativa para a tortura.
- (C) dispõe que cada Estado-Parte assegurará que nenhuma declaração comprovadamente obtida sob tortura possa ser admitida como prova em qualquer processo, exceto contra uma pessoa acusada de tortura como prova de que tal declaração foi dada.
- (D) inclui, na definição de "tortura", qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligido dolosa ou culposamente a uma pessoa ou grupo étnico com o fim de se obter deles informações ou confissão.
- (E) prevê, para o Estado-Parte, a obrigação de implementar progressivamente o registro audiovisual de todos os interrogatórios de pessoas submetidas a detenção, disponibilizando o acesso das imagens aos comitês nacionais e internacionais de monitoramento sempre que solicitado.

49. Sobre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e/ou a Corte Interamericana de Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- (A) São órgãos do sistema global de proteção dos direitos humanos, funcionando a Comissão, a pedido exclusivo das partes envolvidas, como instância revisora das decisões da Corte.
- (B) Sem prejuízo de outras possíveis atribuições, à Comissão cabe promover a observância e a defesa dos direitos humanos nas Américas e servir como órgão consultivo da Organização dos Estados Americanos (OEA) nessa matéria, cabendo à Corte funções contenciosas e consultivas, com possibilidade de aplicação de medidas cautelares.
- (C) A Corte é composta por nove comissários eleitos para um mandato de quatro anos, competindo-lhe, entre outras, a função de recomendar à Organização dos Estados Americanos (OEA) a expulsão de eventual Estado membro que viole direitos humanos de forma reiterada e injustificada.
- (D) A Comissão, com sede na Costa Rica, é composta por onze membros indicados pelos Estados integrantes do Conselho de Segurança da Organização dos Estados Americanos (OEA), cabendo-lhe, entre outras atribuições, deliberar sobre a aplicação de sanções econômicas e/ou comerciais a qualquer país do continente americano que viole os direitos humanos.
- (E) Corte e Comissão são órgãos que compõem o chamado Sistema Latino-Americano de Proteção dos Direitos Humanos, sendo a Comissão o órgão gestor da política continental de promoção dos Direitos Humanos e a Corte, órgão destinado à investigar e julgar as denúncias de violação dos Direitos Humanos nos países do continente.

Direitos dos Idosos, Pessoas com Deficiência e Mulheres

50. O direito ao respeito, previsto expressamente pelo Estatuto do Idoso, engloba, dentre outros aspectos, a

- (A) inviolabilidade da integridade física e da preservação dos objetos pessoais.
- (B) preservação da imagem e à alimentação saudável.
- (C) preservação da autonomia e do atendimento preferencial na rede pública.
- (D) a habitação digna e a preservação de ideias e crenças.
- (E) disponibilização de medicação (receber medicação gratuita sempre que indicada por equipamento público) e de tratamento condizente com a idade.

51. Segundo a Política Nacional do Idoso, são competências dos órgãos e entidades públicas, na área da saúde:

- (A) Incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.
- (B) Incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores.
- (C) Criar serviços alternativos de saúde para o idoso.
- (D) Promover a capacitação de recursos para atendimento ao idoso.
- (E) Promover simpósios, seminários e encontros específicos que tratem sobre a saúde do idoso.



52. No âmbito da normativa estadual, o Estado do Amazonas editou no ano de 2017 a Lei Estadual nº 4.463, de 26 de abril de 2017, a qual dispõe sobre a concessão da gratuidade e desconto ao idoso no preço das passagens para o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. Sobre o disposto na lei estadual,
- (A) entende-se como idoso, pela lei, a pessoa com 65 anos ou mais.
 - (B) o descumprimento ao disposto pela lei, pela empresa transportadora, acarreta a interrupção de seu serviço por 24h, com relação ao veículo em que o descumprimento se deu, em caso de infração reiterada.
 - (C) não se admite a apresentação de documento em cópia, mesmo que autenticada, para comprovação da idade que permite os benefícios indicados pela lei.
 - (D) compete à Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas, o acompanhamento, a regulação, o controle e a fiscalização da prestação do benefício de que trata a lei estadual.
 - (E) permite a extensão dos benefícios previstos pela lei ao acompanhante de idoso com idade igual ou superior a 80 anos.
-
53. A lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, previu como direitos fundamentais da pessoa com deficiência o direito
- (A) à não submissão à institucionalização forçada, como direito ligado à vida.
 - (B) ao diagnóstico e intervenções precoces, como direito fundamental ligado à saúde.
 - (C) de consentir de forma prévia, livre e esclarecida, antes de qualquer procedimento, hospitalização ou pesquisa científica, como direito ligado à reabilitação.
 - (D) de reserva de percentual de unidades habitacionais, oriundas de programas habitacionais, mesmo no caso de não surgirem interessados, como direito ligado à habitação.
 - (E) de prioridade no atendimento, com maior facilidade no campo de trabalho, como direito ligado à assistência e previdência social.
-
54. O Brasil, tendo ratificado a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, comprometeu-se a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, o que englobou:
- (A) Tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação baseada em deficiência, por parte de qualquer pessoa, organização ou empresa, desde que não privada.
 - (B) Adotar medidas necessárias para revogar leis que possam constituir discriminação contra a pessoa com deficiência.
 - (C) Reconhecer que o fator limitador da pessoa com deficiência é sua própria deficiência e não o ambiente em que a pessoa está inserida.
 - (D) Proteger a pessoa com deficiência por meio da interdição civil.
 - (E) Assegurar que todos os programas e instalações destinados a atender pessoas com deficiência sejam monitorados por autoridades locais, ligados ao poder central executivo do Estado.
-
55. A Lei Federal nº 7.853/1989, que dispôs sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, dentre outros aspectos, previu como crime:
- (A) Cobrar valores adicionais para inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência.
 - (B) Negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência, exceto se a natureza do cargo assim justificar.
 - (C) Deixar de cumprir ordem judicial ou administrativa expedida na ação civil prevista pela Lei nº 7.853/1989.
 - (D) Cometer ato discriminatório contra pessoa com deficiência que seja menor de 18 anos e maior de 65 anos de idade.
 - (E) Deixar de socorrer pessoa com deficiência que não consiga, por meios próprios, solicitar socorro médico ou paramédico.



56. Com relação à pessoa com transtorno mental, a legislação vigente assegura
- (A) inserção em local de proteção, com característica asilar, caso a pessoa possua mais de 65 anos de idade.
 - (B) informação de diagnóstico primeiramente ao familiar, permitindo que este participe do momento de sua revelação ao paciente.
 - (C) que o paciente afastado do convívio da família seja mantido institucionalizado, visando suporte psicossocial especial.
 - (D) que em caso de internação psiquiátrica involuntária, esta pode ser efetivada por meio de pedido da família, devendo, no prazo de 72 horas da internação, ser confirmada sua necessidade por um médico.
 - (E) que em caso de internação psiquiátrica voluntária, a imprescindibilidade de laudo médico circunstanciado que a recomende.
-
57. A Lei nº 12.845/2013, que dispõe sobre o atendimento integral a pessoas em situação de violência sexual, garante à vítima
- (A) a realização do exame de DNA por órgão de medicina legal, bem como encaminhamento da vítima para posterior amparo social pelos órgãos da Assistência Social.
 - (B) que o médico atendente encaminhe imediatamente os materiais que puderam ser coletados à perícia oficial, bem como assegure o atendimento médico e obrigatório em hospitais específicos da rede SUS.
 - (C) que o médico atendente preserve materiais que possam ser coletados no exame médico legal, bem como assegure atendimento a qualquer atividade sexual não consentida, independentemente de ter havido conjunção carnal.
 - (D) a facilitação para o registro da ocorrência, bem como assegure a internação da vítima, caso seja necessária, em hospitais específicos da rede SUS, desde que a mesma comprove a impossibilidade de ser encaminhada a convênio privado.
 - (E) a realização do exame de DNA imediato, pelo próprio equipamento atendente, com posterior ratificação pelo órgão de medicina legal oficial, bem como assegure a profilaxia da gravidez.
-
58. A Lei Maria da Penha considera violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial,
- (A) desde que ocorra em situação de coabitação com o agressor.
 - (B) desde que ocorra em situação de coabitação e o agressor mantenha relação íntima de afeto com a vítima.
 - (C) caso ocorrida no âmbito da família, desde que haja coabitação e exista união por laços naturais.
 - (D) desde que ocorra no âmbito familiar, independentemente de coabitação, mas em razão de relação íntima com o homem agressor.
 - (E) caso ocorrida no âmbito da unidade doméstica, abrange o agressor esporadicamente agregado ao espaço de convívio permanente entre as pessoas.
-
59. Sobre as medidas protetivas de urgência em favor da mulher vítima de violência doméstica e familiar,
- (A) é permitido ao juiz, exclusivamente a requerimento do Ministério Público, rever as medidas já concedidas, se entender necessário à proteção da vítima.
 - (B) ou a vítima, ou seu advogado ou Defensor Público, deverão ser informados sobre a saída do agressor da prisão.
 - (C) não abrangerá a suspensão da visita do agressor aos dependentes menores, sob nenhuma hipótese, tendo em vista a importância da convivência familiar.
 - (D) poderá ensejar a proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra e venda, locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial.
 - (E) não inclui a possibilidade de o juiz decidir pela separação de corpos.
-
60. Dentre as Diretrizes Nacionais para Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência, e a respeito das casas-abrigo, está disposto
- (A) que os equipamentos estão previstos como integrantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres.
 - (B) a vedação de serem garantidas por meio de consórcio público, exigindo a municipalização de tais equipamentos.
 - (C) que deverão haver articulações necessárias para o acompanhamento da vítima pós-desabrigamento.
 - (D) que a institucionalização da vítima deve ser subsidiária.
 - (E) a vedação à articulação permanente com a Segurança Pública, a fim de retirar a vítima do espaço de violência em que se encontra, dando ênfase à proteção.



DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: 9.4 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 10 (dez) linhas e máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos, etc); c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; d) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; e) estiver em branco; f) apresentar abordagem insuficiente ou incorreta do conteúdo solicitado; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou à questão prática proposta; i) deixar de atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.7 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 9.8 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. A questão será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

QUESTÃO 1

Fátima conviveu em união estável com João por seis anos. Da união, nasceu o filho Renato (4 anos de idade). Além disso, declarando-se pai biológico junto ao Cartório de Registro Civil, João assumiu formalmente a paternidade de Ana (12 anos), fruto de relacionamento anterior de Fátima e registrada até então apenas no nome da mãe. João passou a agredir física e verbalmente Renato, Ana e Fátima, motivando-a a deixar o lar comum, indo morar com filhos na casa de sua mãe, o que fez sem registrar boletim de ocorrência. Fátima busca a Defensoria Pública pedindo orientações e providências possíveis em relação aos seguintes pontos:

- gostaria de voltar para o lar, sem a presença de João. Contudo, a casa onde viviam pertence a José, irmão de João, que cedeu gratuitamente o imóvel para ele morar com a família. José discorda da saída forçada de João do local.
- necessita de auxílio de João para o sustento dos filhos, mas informa que ele, que sempre foi autônomo, não está trabalhando e não tem outra fonte de renda.
- João sempre foi bom pai e companheiro, mas há seis meses começou a apresentar “problema nos nervos” falando coisas sem sentido, ouvindo vozes e agindo agressivamente com ela e os filhos. Fátima deseja “interná-lo”, mas ele nega estar doente, não aceita ir ao médico, tomar remédio ou fazer qualquer tratamento.
- João esteve na casa de Fátima pedindo para ver os filhos, mas ela não permitiu a visita. João ameaçou “tomar a guarda” de ambos na Justiça. Fátima teme perder a guarda dos filhos e quer saber como proceder.
- Ana, que hoje tem 12 anos, revoltada com João e sabendo que ele não é seu pai biológico, pediu para a mãe tirar o nome de João do registro de nascimento dela. Fátima pergunta como proceder.

De forma simples e resumida, indique, para cada uma das questões apresentadas por Fátima, qual a orientação jurídica mais adequada, e as providências extrajudiciais e/ou judiciais (nome da ação e pedido) a ser eventualmente adotadas, indicando sempre o fundamento jurídico.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO

NÃO EScreva NESTE Espaço